

ÍNDICE GLOSSÁRIO

BALANÇA COMERCIAL

BALANÇO DE PAGAMENTOS

BANCOR

BASE MONETÁRIA

BIMETALISMO

BRETTON WOODS (Conferência de)

BRYAN, William Jennings (1860 – 1925)

CAIXA DE CONVERSÃO

CAIXA DE ESTABILIZAÇÃO

CASA DA MOEDA

CONVÊNIO DE TAUBATÉ

CONVERSIBILIDADE

CRISE ECONÔMICA

CUNHAGEM

DEFLAÇÃO

FMI — Fundo Monetário Internacional

FORT KNOX

HIPERINFLAÇÃO

IMPOSTO INFLACIONÁRIO

KEYNES, John Maynard (1883-1946)

LASTRO METÁLICO

LIQUIDEZ

MEIO CIRCULANTE, Controle do

MIL-RÉIS

ONÇA TROY

PADRÃO-CÂMBIO-OURO (Gold Exchange Standard)

PADRÃO-OURO (Gold Standard)

PIB — Produto Interno Bruto

RENTENMARK

RESERVAS INTERNACIONAIS

SENHORIAGEM

TAXA VIL

TAYLOR, Frederick Winslow (1856-1915)

BALANÇA COMERCIAL

Relação entre as exportações e as importações de um país. Quando o valor das exportações excede o das importações, o país apresenta um superávit e torna-se credor do resto do mundo; quando, ao contrário, as importações superam as exportações, o país apresenta um déficit em sua balança comercial, tornando-se devedor do resto do mundo .

Uma série de fatores influi sobre a ocorrência de um déficit ou de um superávit na balança comercial. Entre os mais importantes, podemos citar:

- 1)** a evolução dos preços das importações e das exportações de um país;
- 2)** a evolução dos volumes importados e exportados. Um desequilíbrio entre os preços de exportação e de importação poderá provocar um déficit na balança comercial, o mesmo acontecendo com alterações nos volumes das importações e exportações.

A balança comercial é também chamada balança visível e faz parte do balanço de pagamentos. Um país pode ter um superávit na balança comercial e um déficit no Balanço de Pagamentos; é o que ocorre geralmente com os países subdesenvolvidos pois o um déficit na balança de serviços pode anular este superávit tornando o Balanço de Pagamentos deficitário.

Veja também, Balanço de Pagamentos.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Registro de todas as transações de caráter econômico-financeiro realizadas por residentes de um país com residentes dos demais países. O Balanço de Pagamentos é constituído basicamente por quatro contas ou balanças. Dependendo da natureza da transação econômica ou financeira que dá lugar à receita ou despesa de divisas, estas contas podem ser classificadas como operações em transações correntes ou movimento de capitais.

As transações correntes incluem as contas de comércio, ou balança comercial, de serviços, ou balança de serviços, e as transferências unilaterais. O movimento de capitais constitui uma conta também chamada de conta de capital.

A balança comercial registra os valores FOB (Free On Board) das exportações e o valor das importações. Se o valor das exportações superar o das importações, diz-se que a balança comercial apresenta um superávit. Se acontecer o contrário, teremos um déficit; e, se os valores forem equivalentes, a balança comercial estará em equilíbrio.

A balança de serviços registra as receitas e despesas de diversos tipos de transação, destacando-se os transportes, os seguros, as viagens internacionais, os royalties, a assistência técnica, os lucros e os juros (estes últimos de grande peso nos países com grande dívida externa, como é o caso do Brasil).

As transferências unilaterais registram as entradas ou saídas de divisas decorrentes, por exemplo, do envio de recursos ao exterior para a manutenção de embaixadas e serviços consulares, de imigrantes que mandam parte de seus salários para familiares em seus países de origem etc. O resultado conjunto dessas três contas é consolidado nas transações correntes. Se houver superávit, diz-se que o país tem superávit em conta corrente, ou, no caso oposto, déficit em conta corrente.

A conta de capital registra os investimentos diretos, isto é, as entradas de capital de risco das empresas estrangeiras que se estabelecem no Brasil e as saídas de investimentos de empresas nacionais que se estabelecem no exterior; os empréstimos e financiamentos obtidos por residentes no Brasil no exterior (entradas de divisas) e as saídas representadas por empréstimos concedidos a não-residentes; as amortizações, isto é, o pagamento de parte ou da totalidade de uma dívida, representando uma saída de divisas quando residentes no Brasil transferem esses recursos para não-residentes, e uma entrada, quando acontece o inverso; e os capitais de curto prazo, que significam empréstimos e financiamentos por um prazo inferior a um ano.

A soma das transações correntes e do movimento de capitais proporciona o resultado final do balanço de pagamentos. Se as receitas totais (entradas) superarem as despesas totais (saídas), o balanço de pagamentos apresentará um superávit; este montante geralmente é somado às reservas internacionais. Se ocorrer o inverso, haverá um déficit, que é geralmente coberto pelas reservas; quando estas são insuficientes ou inexistentes há uma crise cambial cujo desfecho é geralmente um default, uma moratória, e/ou uma desvalorização cambial decorrente ou não de um ataque especulativo.

Se os valores forem equivalentes, o balanço de pagamentos estará equilibrado. No caso de países endividados e anfitriões de empresas multinacionais, como o Brasil, a conta de serviços apresenta-se geralmente deficitária devido à pressão ali exercida pelos juros e pelos lucros e dividendos remetidos ao exterior. Se este déficit não for compensado por um superávit na balança comercial (as transferências unilaterais são geralmente insuficientes para cobrir a diferença), a conta de capital terá de acusar um superávit muito elevado para que não ocorra um déficit no balanço de pagamentos.

É preciso salientar, no entanto, que as contas do balanço de pagamentos se influenciam mutuamente: por exemplo, se na conta de capital entrar uma grande quantidade de investimentos diretos e de empréstimos de financiamentos, algum tempo depois isto significará uma saída mais intensa de lucros e dividendos e juros pela conta de serviços, provocando e/ou aumentando um eventual déficit.

Veja também: Ataque Especulativo; Balança Comercial; Default; Moratória.

**Síntese do Balanço de Pagamentos de 2002
(em milhões de dólares correntes)**

1.	Balança Comercial	13.156
	Exportações	60.362
	Importações	(47.216)
2.	Balança de Serviços.....	(23.229)
	Serviços	(5.038)
	Rendas	(18.191)
3.	Transferências Unilaterais	2.390
4.	Transações Correntes (1+2+3)	(7.603)
5.	Conta de Capital e Financiamento	8.808
	Investimento Direto	14.084
6.	Erros e Omissões	(813)
7.	Superávit ou Déficit	(302)

BANCOR

Nome proposto por Keynes (John Maynard) na Conferência de Bretton Woods (Estados Unidos, 1944), durante a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), para uma moeda internacional inteiramente destinada a ajustar desequilíbrios dos balanços de pagamentos, embora permanecendo cada país com seu sistema monetário particular. Segundo o projeto de Keynes (também conhecido como Plano Keynes), o Bancor não estaria totalmente desvinculado do padrão-ouro, embora este metal não fosse tomado como base absoluta de seu valor. A proposta não foi aceita por pressão dos delegados norte-americanos, que pretendiam transformar o dólar, sua moeda nacional, no padrão internacionalmente aceito, com as vantagens inerentes a essa adoção.

Veja também FMI — Fundo Monetário Internacional; Keynes, John Maynard;

BASE MONETÁRIA

Denominação dada ao conjunto de moeda em circulação no país mais os depósitos à vista junto às autoridades monetárias. No Brasil, esta última parcela é constituída pelo recolhimento compulsório dos bancos junto ao Banco do Brasil e também pelos depósitos à vista do público junto à mesma instituição. Ao contrário do que acontece na maioria dos países, a regulamentação do sistema bancário brasileiro possibilita a formação de depósitos não apenas pelos bancos comerciais, mas também pelas autoridades monetárias. Isto é, no Brasil, o Banco do Brasil acumula as funções de banco comercial e de agente financeiro das autoridades monetárias. A atuação sobre a base monetária, no sentido de estimular sua expansão ou provocar sua contração, desempenha um papel de grande importância em qualquer política de combate à inflação.

Veja também M 1; M 2; M 3; M 4; M 5.

BIMETALISMO

Sistema monetário em que a unidade monetária de um país é estabelecida em lei em termos de dois metais — via de regra o ouro e a prata —, numa relação de valor específica entre eles. Cada metal é aceito em quantidades ilimitadas para cunhagem e o que for cunhado deve ser aceito como moeda legal (legal tender). O principal problema dos sistemas bimetalistas é a manutenção da relação de valor entre os dois metais, tendo-se em vista a flutuação de preços dos mesmos nos mercados interno e externo. Se tais flutuações provocarem a desvalorização de um metal em relação ao outro, as moedas cunhadas no metal desvalorizado tenderiam a expulsar de circulação as moedas cunhadas no metal valorizado. O sistema foi utilizado nos países europeus e nos Estados Unidos durante o século XIX, embora de forma descontínua, em grande medida porque se acreditava que um sistema monetário baseado apenas em um metal poderia resultar em deflação se a oferta do metal a ser monetizado não acompanhasse a expansão da atividade econômica, especialmente do comércio. No entanto, se a relação de valor entre os dois metais fosse modificada pelas flutuações dos respectivos preços, o metal de valor relativo mais alto seria exportado, permanecendo no país o metal de menor valor, tendendo assim o sistema para o monometalismo. Com a generalização do uso do papel-moeda, no final do século XIX e início do XX, a necessidade de um sistema bimetalista perdeu sua razão de ser.

Veja também Mágico de Oz; Monometalismo.

BRETTON WOODS (Conferência de)

Nome pelo qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, EUA) com representantes de 44 países, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial.

Os acordos assinados em Bretton Woods tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Na Conferência foi também estabelecida a volta ao Padrão Cambio Ouro sendo o dólar dos Estados Unidos conversível em ouro na cotação fixa de 35 US\$ = 1 onça de ouro fino. Esta paridade se manteve até 1971 quando os Estados Unidos desvalorizaram sua moeda e o Padrão Cambio Ouro e a Conversibilidade com lastro metálico chegaram ao fim.

Veja também: Conversibilidade; FMI.

CAIXA DE CONVERSÃO

Instituição criada em 1906 pelo governo do presidente Rodrigues Alves como instrumento de uma política de estabilidade cambial. A motivação central para a criação desta instituição foi a tendência da queda das cotações do preço do café no mercado internacional devido à superprodução de café observada no final do século XIX e início do século XX no Brasil.

O estabelecimento de uma taxa de câmbio de 15 d. (pence) por mil réis, além de significar o retorno ao padrão-ouro, ia ao encontro dos interesses dos cafeicultores e exportadores de café, que estavam sendo prejudicados não só pelas baixas cotações do produto no mercado internacional, mas também pelas fortes oscilações da própria taxa de câmbio. Associada à política de defesa dos preços do café estabelecida mediante o Convênio de Taubaté, a Caixa de Conversão contribuiu para a manutenção de uma taxa cambial estabilizada até o início da Primeira Guerra Mundial.

Veja também Caixa de Estabilização; Padrão Cambio Ouro; Padrão Ouro.

CAIXA DE ESTABILIZAÇÃO

Instrumento de estabilização da moeda criado durante o governo do presidente Washington Luís pelo decreto nº 5 108, de 18/12/1926. A criação deste instrumento significou a volta do Brasil ao padrão ouro (ou ao padrão câmbio-ouro), e a taxa cambial foi fixada em 6 d. (pence) por mil réis. Para muitos que desejavam a volta à paridade de 1846 (27d./mil réis), ou à correspondente à de 1906, de 15d./mil réis (Caixa de Conversão), esta desvalorização significava um aviltamento da moeda nacional — inclusive esta taxa foi apelidada de Taxa Vil —, embora beneficiasse os produtores de café, especialmente os exportadores, e correspondesse mais ou menos a uma taxa de equilíbrio equivalente à paridade do poder de compra da libra e do mil-réis. Os fundamentos da Caixa de Estabilização estavam vinculados,

- 1)** à rejeição do recurso à deflação como meio de estabilizar as economias que, depois da Primeira Guerra Mundial, haviam sofrido fortes processos inflacionários, como a Alemanha, a Áustria, a França e a Itália,
- 2)** à convicção de que as taxas deveriam ter como referencial a paridade do poder de compra, e à manutenção das taxas cambiais estabelecidas por uma política fiscal rígida, isto é, sem déficits nas contas públicas que exigissem a emissão de moeda para cobri-los e, conseqüentemente, uma pressão inflacionária que colocasse em perigo a estabilidade cambial.

O ideal do então presidente Washington Luís era que toda a moeda emitida se tornasse conversível. Isso, no entanto, não acontecia: as emissões da Caixa de Estabilização alcançaram apenas 1/3 do total da moeda em circulação.

No entanto, a fixação dessa taxa cambial, considerada baixa (isto é, o mil-réis desvalorizado em face da libra), fez com que houvesse um fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil para a compra de ativos que teriam se tornado baratos devido a essa desvalorização.

De fato, as reservas cambiais do Brasil entre 1925 e 1929 cresceram de 69 milhões de dólares (54 em ouro e 15 em moedas estrangeiras) para 177 milhões (sendo 150 em ouro e 17 em moedas estrangeiras). Com a crise econômica iniciada em outubro de 1929, o fundamento da Caixa de Estabilização desaparece e o sistema de conversibilidade é abandonado.

No entanto, a manutenção da mesma taxa cambial praticamente durante o ano de 1930 provoca o desaparecimento das reservas em ouro e a manutenção de apenas uma fração das reservas em moedas estrangeiras, que seriam em seguida desvalorizadas, como o dólar e a libra esterlina. Em 1931, as reservas em ouro eram praticamente inexistentes, e em moedas estrangeiras o Brasil mantinha apenas 14 milhões de dólares.

Veja também Caixa de Conversão; Conversibilidade; Paridade do Poder de Compra; Padrão Câmbio Ouro; Padrão Ouro.

CASA DA MOEDA

Instituição encarregada da fabricação da moeda e do meio circulante em geral no Brasil. Desde 1643, funcionou no Rio de Janeiro uma oficina para a remarcação dos patações portugueses que mais tarde, em 1698, pela Carta Régia de 12/1, se transforma em Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Alguns anos antes, em 1694, havia sido criada a primeira Casa da Moeda na colônia, na Bahia (lei de 8/3).

Em 1720, é criada a Casa da Moeda de Vila Rica, MG, que funciona até 1734, quando é extinta, permanecendo apenas as casas da moeda do Rio de Janeiro e da Bahia. Em 1834 (decreto de 13/3), as atividades da Casa da Moeda da Bahia são encerradas, passando a existir apenas a Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Em 1950, a lei nº 1 216, de 28/10, criou o Museu da Casa da Moeda, onde são conservadas as moedas e o papel-moeda emitidos por aquela instituição, e também outros elementos como vales, certificados, documentos e materiais que serviram como dinheiro ou instrumento de crédito no decorrer de nossa História. Atualmente, é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, e, desde 1969, fabrica o papel-moeda em circulação no Brasil, além de cunhar as moedas metálicas do nosso meio circulante.

Até 1969 o papel-moeda em circulação no Brasil era fabricado por empresas estrangeiras como a Thomas de La Rue, da Inglaterra, e a American Bank of Notes, dos Estados Unidos. Apesar de contar com imensa capacidade de produção de papel-moeda e de moeda metálica, eventualmente o governo brasileiro recorre às antigas empresas que fabricavam nosso meio circulante, como aconteceu durante a introdução do Plano Real, quando a urgência em fabricar uma grande quantidade de moeda exigiu que uma parte fosse produzida no exterior.

A Casa da Moeda renovou seu parque industrial durante os anos 80, e hoje conta com um parque tecnológico de elevada qualidade, produzindo moedas, passaportes, selos etc. para outros países tanto da América do Sul (Paraguai e Venezuela) como para a África (Guiné-Bissau). A Casa da Moeda produz anualmente cerca de 1 bilhão de cédulas e moedas para substituir o meio circulante desgastado ou perdido, e também para expandi-lo.

Nos períodos de inflação acelerada vividos durante os anos 80 e início dos anos 90, a Casa da Moeda passou a produzir e/ou carimbar uma quantidade maior de papel moeda e moedas metálicas, em função das exigências da própria inflação. Além do dinheiro, a Casa da Moeda detém o monopólio da produção brasileira de selos fiscais e postais, passaportes, diplomas, carteiras de motorista, cédulas de identidade e medalhas comemorativas oficiais.

Veja também Casa dos Pássaros; Legislação Monetária Brasileira.

CONVÊNIO DE TAUBATÉ

Convênio assinado em Taubaté (SP), em 1906, por representantes dos três Estados maiores produtores de café —São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro —, com o objetivo de valorização do produto no mercado internacional por meio do controle da oferta. As cláusulas eram as seguintes:

- 1)** a fim de garantir o equilíbrio entre a oferta e a demanda do café no mercado internacional, o governo federal interviria no mercado para comprar os excedentes;
- 2)** o financiamento necessário para essas compras e para a manutenção de estoques seria feito mediante empréstimos estrangeiros;
- 3)** o serviço da dívida externa resultante seria pago com um imposto em ouro sobre cada saca de café exportada;
- 4)** os governos dos países produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.

O ponto vulnerável desse acordo residia no fato de o controle ser da oferta e não da produção, o que aumentava consideravelmente o risco de superprodução. A crise econômica mundial de 1929-33 mostrou a extensão dessa vulnerabilidade.

Veja também Crise Econômica; Dardanismo.

CONVERSIBILIDADE

Originalmente, era a possibilidade de trocar-se moeda-papel ou papel-moeda por seu correspondente em ouro amoeado, segundo cotações determinadas. Durante o século XX, a conversibilidade existiu no Brasil por dois períodos curtos: entre 1906 e 1914 com a Caixa de Estabilização, e entre 1926 e 1930 com a Caixa de Conversão. Atualmente, o termo indica a situação em que uma moeda é livremente trocável por moedas estrangeiras, segundo taxas de câmbio determinadas ou preços estabelecidos pela oferta e demanda da moeda.

A conversibilidade monetária é considerada fundamental para o desenvolvimento e a manutenção do comércio internacional. Em contrapartida, cria possibilidades de evasão de divisas e crises no balanço de pagamentos. Por isso, muitos países impõem limites à conversibilidade de suas moedas. O real, por exemplo, só é conversível em moedas estrangeiras em condições determinadas pela política cambial — viagens ao exterior, por exemplo, e segundo uma quantia limite.

Veja também Caixa de Conversão; Caixa de Estabilização; Padrão Câmbio-ouro; Padrão-Ouro.

CRISE ECONÔMICA

Perturbação na vida econômica, atribuída pela economia clássica a um desequilíbrio entre produção e consumo, localizado em setores isolados da produção. Nas economias pré-capitalistas, as crises derivavam da escassez súbita no abastecimento de bens, provocada por fenômenos naturais (secas, inundações, epidemia etc.) ou por acontecimentos sociais como guerras e insurreições.

Na economia capitalista, embora também possam ocorrer perturbações derivadas da escassez, as crises econômicas características do sistema são as de superprodução. Essas crises constituem uma fase regular do ciclo econômico, caracterizada pelo excesso geral da produção sobre a demanda, primeiro no setor de bens de capital e, em seguida, no setor de bens de consumo.

Em consequência, há queda brusca na produção, falência de empresas, desemprego em massa, redução de salários, lucros e preços etc. A mais séria crise econômica mundial foi a de 1929-1933, chamada Grande Depressão. Na teoria marxista, a noção de crise está associada ao conceito de mais-valia devido à tendência de o capital concentrar-se mais e mais em poucas mãos e também à pauperização relativa da classe trabalhadora; por isso, as crises tornam-se mais frequentes e mais fortes, o que levaria o sistema a uma ruptura.

As teorias mais modernas de conjuntura denominam a fase de crise de depressão. O desenvolvimento econômico é entendido como um processo cíclico, dividido em várias fases, com pontos de mudanças nas partes inferior e superior do ciclo.

Glossário

Paulo Sandroni

A partir de um ponto abaixo de sua linha de equilíbrio, o processo de desenvolvimento econômico sairia de uma fase de recuperação para uma fase de expansão, com aumento da taxa de investimento, aumento relativo da soma de salários, acréscimo do consumo.

Segue-se a fase de prosperidade (boom), na qual os fatores de produção estariam plenamente ocupados e, em conseqüência, não poderiam mais fazer crescer a renda nacional e o lucro.

A partir desse ponto, haveria um aumento crescente dos preços, uma desorganização no mercado financeiro e de capitais, entrando a economia em processo de contração, pois os preços, que se mantiveram relativamente estáveis durante a fase de prosperidade, apesar da excessiva taxa de juros para os investimentos, já não se revelam rentáveis.

Essa contração é também chamada de recessão, pois a taxa de crescimento da renda nacional decresce em termos absolutos. O agravamento da fase recessiva caracteriza a depressão, com aumento da taxa de desemprego, queda da capacidade produtiva, restrição dos investimentos e alta liquidez bancária.

As crises são classificadas em endógenas (crises de superprodução, venda, crédito e especulação) e exógenas (de causas não-econômicas, como guerras, desastres naturais e epidemias).

Veja também Ciclo Econômico; Conjuntura; Depressão; Prosperidade; Recessão.

CUNHAGEM

Antes da invenção da cunhagem, muitos bens móveis foram utilizados como meio de troca e padrão de valor. Esses bens eram relacionados uns com os outros, formando uma escala de valores. Os povos primitivos utilizavam nas trocas intertribais, como dinheiro, os produtos que via de regra representavam a riqueza na comunidade.

Nas trocas com as demais tribos, a seleção de produtos dependia das preferências dos outros povos. A partir daí, as matérias-primas começaram aparentemente a ser utilizadas como dinheiro, em substituição aos produtos acabados. Essa tendência pode ser observada com mais clareza no caso dos metais, como o ferro, o cobre e o bronze, que gradualmente foram superando outros meios de troca. (É muito provável que os sistemas de pesos tenham sido criados para medir os metais preciosos.)

As civilizações antigas alcançaram esse estágio de desenvolvimento, fundamental para o início do processo de cunhagem, no século VIII a.C., embora as primeiras notícias de cunhagem datem do século VII a.C.: a Lídia (Ásia Menor) já nessa época produzia peças de uma liga de ouro e prata chamada electrum.

A escolha dos metais era determinada mais pelas necessidades econômicas imediatas e pelas oportunidades do que por ordens dos governantes. O desenvolvimento do comércio, no entanto, superou as limitações ditadas pela distribuição geográfica dos metais, cuja escolha serviria de base material para a moeda.

É por esta razão que na Grécia Antiga, assim como em Roma, depois da morte de César, moedas de ouro e prata foram cunhadas em substituição às de bronze.

Na Idade Média, com a retração do comércio, apenas moedas de cobre e prata foram cunhadas, com exceção de uma cunhagem temporária de ouro durante a época carolínea.

Com o crescimento da demanda de moedas, as cunhagens de ouro foram retomadas com os florins florentinos, e os zecchini de Veneza. Desde então, o ouro constituiu-se no metal preferido para a cunhagem de moedas, e no comércio internacional na forma de lingotes. O desenvolvimento da técnica de cunhagem, no entanto, foi relativamente lento. Só a partir do século XVI a produção deixou de ser manual e passou a ser mecânica. Em 1786, Boulton introduziu a força a vapor na cunhagem, e em 1839, Ulhörn inventou a prensa de cunhagem, que acelerou enormemente seu processo de fabricação. O desenvolvimento econômico proporcionado por esses avanços técnicos é digno de nota. O custo de produção da cunhagem, que até o século XVIII oscilava entre 10 e 20% do valor da moeda, foi reduzido nas moedas de ouro a menos de 0,3%.

As novas técnicas de cunhagem permitiriam também a uniformidade das moedas, o que facilitava a aceitação por seu valor de face, e não por peso, como ocorria em Roma, na Idade Média e mesmo na era moderna. A modernização das técnicas resolveu também um dos problemas mais graves do setor: a escassez de moeda. A inadequação da oferta monetária foi provavelmente a responsável pela produção de moedas tão diminutas e finas que bastava cunhá-las de um só lado; e também pelas emissões privadas de moeda.

Desde o início, a cunhagem foi uma prerrogativa de quem detinha o poder. Durante a Idade Média, era praticada não apenas pelo soberano, mas também por aqueles que obtinham esse direito como uma concessão feudal. Em consequência, entre os séculos IX e XII, a cunhagem foi completamente descentralizada. Durante a primeira fase medieval, esse fato não teve grande importância, em função do incipiente desenvolvimento do comércio

Mais tarde, com a expansão deste, tais concessões foram se extinguindo e, na Inglaterra e na França no tempo de Henrique VII, só o rei tinha o poder de cunhagem. Durante os séculos XII e XIII, com a descentralização política, o privilégio de cunhagem obtido por alguns (assim como outros privilégios reais) era exercitado com a finalidade de realizar os maiores ganhos possíveis. As receitas da cunhagem dependiam não apenas da diferença permitida legalmente entre o valor da face da moeda e o seu conteúdo metálico (a senhoriagem), mas particularmente na gradual e desautorizada redução do conteúdo metálico das unidades-padrão ou no peso e teor das moedas individuais.

Mais importante, no entanto, do ponto de vista da receita de quem cunhava, era a produção total realizada: para aumentá-la, as moedas sofriam alterações constantes, o que exigia a necessidade de sua recunhagem e renovação.

Tais alterações consistiam tanto na elevação do valor de face das moedas como na redução do seu conteúdo metálico: com a emissão de novas moedas depreciadas, as antigas eram geralmente “convocadas” à recunhagem, de acordo com os novos padrões.

Depois de certo tempo de depreciações, a medida inversa era adotada, e as moedas eram outra vez convocadas, agora para sua valorização e conseqüente recunhagem. Assim, em algumas localidades da Alemanha e da Áustria, durante o século XIV, as cidades adquiriam do senhor feudal (detentor dos direitos de cunhagem) o privilégio de controlar as depreciações de suas moedas, elevando seu valor por meio da recunhagem.

As recunhagens também eram processadas em função das dificuldades de circulação oriundas das imperfeições das técnicas de produção existentes até o século XVIII. Mas a história da cunhagem até o início do século passado (com variação de país para país, especialmente no continente europeu) é a história de uma longa série de experimentos destinados a extrair da cunhagem o máximo de receita possível.

No Brasil, os precursores do processo de cunhagem foram as oficinas de fundição, onde se fundia o ouro oriundo das minas recém-descobertas durante o século XVIII. Depois de pago o quinto à Coroa, o ouro era fundido em barras com marcação do peso em onças, oitavas e grãos (medidas usadas antes da adoção do sistema métrico decimal no Brasil), o número de ordem, o título ou toque, e o ano da fundição. Com a multiplicação das casas de fundição, as barras passaram a ter os nomes ou as iniciais da respectiva oficina e as iniciais do chefe de cunhagem.

Essas peças eram entregues aos proprietários acompanhadas de um certificado ou guia que comprovava a posse como legítima e a efetivação do pagamento do quinto. Mais tarde, com a intensificação do comércio e para minimizar a falta de moedas no Brasil, a Metrópole autorizou que se fizesse aqui a marcação de novas características em peças de outros países, especialmente moedas espanholas, francos franceses,

liras, moedas chilenas e argentinas. Essas alterações eram realizadas nas oficinas monetárias, que entravam em funcionamento ou eram extintas dentro das necessidades ditadas pelas diversas conjunturas da época.

Mas as freqüentes variações no valor das moedas que circulavam no Brasil, os aumentos e rápidos rebaixamentos desses valores, as inúmeras remarcações, as constantes proibições, as refundições e os recolhimentos em prazos curtíssimos levaram à quase paralisação do comércio. Para superar essas dificuldades, foi autorizado o funcionamento de uma Casa da Moeda no Brasil, no final do século XVII. Essa autorização ocorreu durante o governo de D. Pedro II de Portugal, cognominado “O Pacífico”, que por Carta Régia de 8/3/1694 criou a Casa da Moeda na Bahia, a primeira do Brasil. Quatro anos depois ela foi transferida para o Rio de Janeiro.

Veja também Casa da Moeda; Senhoriagem.

DEFLAÇÃO

Queda persistente do nível geral de preços, o oposto da inflação. Caracteriza-se pela baixa oferta de moeda em relação à oferta de bens e serviços ou pela queda na demanda agregada (associada, por exemplo, a um maior índice de poupança).

Esse excesso de oferta de bens — ou carência de demanda — aumenta o índice de capacidade ociosa na economia e causa um acirramento da concorrência entre os produtos, que disputam os poucos consumidores disponíveis, o que leva a uma rápida queda nos preços. Cai o investimento e, conseqüentemente, há queda no produto real e aumento no desemprego. A deflação, assim, pode acabar provocando depressão (como a que ocorreu em 1929 - 1933 nos Estados Unidos). Normalmente, combate-se a deflação por meio de um aumento nos gastos públicos e um maior grau de endividamento público, como forma de aumentar a demanda agregada.

Veja também Deflacionar; Deflator; Demanda Agregada; Inflação.

FMI — Fundo Monetário Internacional

Organização financeira internacional criada em 1944 na Conferência Internacional de Bretton Woods (em New Hampshire, Estados Unidos).

É uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) com sede em Washington, e que faz parte do sistema financeiro internacional, ao lado do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O FMI foi criado com a finalidade de promover a cooperação monetária no mundo capitalista, de coordenar as paridades monetárias (evitar desvalorizações concorrenciais) e de levantar fundos entre os diversos países-membros, para auxiliar os que encontrem dificuldades nos pagamentos internacionais.

Cada país contribui com cotas-parte para o fundo (uma quarta parte em ouro e o restante em moeda nacional corrente) e nomeia um delegado e um suplente como seus representantes. O fundo é dirigido por vinte diretores (cinco nomeados pelos países que detêm o maior número de cotas e os restantes eleitos entre os representantes), que elegem entre si um diretor-geral. Uma das principais funções do fundo era regular as taxas de cambio internacionais, isto é, as paridades das moedas em sua relação com o dólar e o ouro. Nos primeiros anos da atuação do fundo, se um país desejasse alterar a relação, deveria encaminhar uma proposta ao FMI, para que este estudasse as conseqüências da modificação no âmbito do comércio internacional.

Assim, a organização tentava manter constante as taxas de compra e venda das várias moedas entre si. A partir de 1971, com a desvalorização do dólar e a queda da cotação das moedas em ouro, o Grupo dos Dez (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Alemanha

Ocidental, França, Bélgica, Holanda, Itália, Suécia e Japão) formou um novo “valor central”, desvalorizando o dólar em 10% e permitindo uma variação das demais moedas em 2,25% em torno desse valor. Posteriormente, com a continua desvalorização do dólar as taxas começaram a flutuar livremente no mercado e a relação com o ouro foi definitivamente abandonada.

Para regular os auxílios aos países com problemas nos balanços de pagamentos, criou-se, em 1967, o Direito Especial de Saque (DES), que funciona como uma moeda escritural de aceitação internacional e cuja paridade é regulada por um conjunto de dezesseis moedas.

Cada país-membro tem seu DES na proporção das cotas que possui. Valores mais altos podem ser solicitados diretamente à diretoria do FMI. De qualquer forma, os auxílios (empréstimos) são vinculados à finalidade que será atendida com a quantia e devem ser devolvidos em prazos que variam de três a cinco anos.

Sempre que solicitada, a entidade envia representantes para auxiliar na solução de problemas econômicos dos países-membros, especialmente quando esses enfrentam situações econômicas instáveis (inflação acentuada, queda de exportações etc.), permitindo uma rápida adoção de medidas corretivas, para que as dificuldades internas não se reflitam no comércio internacional. Também nos casos de pedidos de auxílio, o FMI oferece sua assistência, fiel a uma política do tipo monetarista (moeda conversível, corte nos gastos públicos, contenção salarial etc.), que nem sempre corresponde aos interesses dos países que almejam o desenvolvimento, pois costuma provocar efeitos recessivos na economia, com custos sociais elevados.

FORT KNOX

Dependência do Exército norteamericano, localizada no Estado de Kentucky, onde o governo federal mantém suas reservas em ouro.

HIPERINFLAÇÃO

Caso especial de inflação galopante, em que os preços aumentam tanto (em geral por uma expansão substancial dos meios de pagamento) que as pessoas não procuram reter dinheiro, mesmo por pouco tempo, em razão da rapidez com que diminui seu poder de compra. Cai assim a confiança dos agentes econômicos na estabilidade da moeda e eles procuram gastá-la o mais rapidamente possível. Isso provoca um aumento na velocidade de circulação da moeda e acelera ainda mais o aumento dos preços. O mais famoso caso de hiperinflação (um trilhão por cento entre agosto de 1922 e novembro de 1923) ocorreu na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial.

Veja também Inflação; Rentenmark.

IMPOSTO INFLACIONÁRIO

O imposto inflacionário é aquele decorrente das receitas obtidas pelo governo pela emissão de moeda. Toda emissão de moeda que o governo realiza significa automaticamente que ele aumenta sua capacidade de adquirir bens e serviços, pagar dívidas etc., isto é, fazer frente às despesas governamentais. É como se um governo tivesse obtido tais recursos dos tributos que lança. Como tal atitude, via de regra, provoca inflação, pois o aumento das emissões, expandindo os meios de pagamento, resulta numa elevação dos preços, denomina-se esta arrecadação "imposto inflacionário".

Nos países onde a inflação é muito baixa, e onde, portanto, o governo emite uma quantidade muito pequena de moeda adicional, este imposto não representa uma parcela significativa do total de receitas de um governo: nos países industrializados da Europa e América do Norte, entre 1960 e 1978, esta receita média não alcançou 1% do PIB desses países.

Nos países, no entanto, onde o processo inflacionário é muito intenso, estas receitas podem alcançar níveis expressivos. Por exemplo, durante os anos 20, nas hiperinflações dos países europeus, como a Alemanha, esta participação alcançou cerca de 10% do PIB e quase a totalidade da arrecadação do governo central. Mais recentemente, na Argentina, entre 1960 e 1975, as receitas do imposto inflacionário alcançaram em média cerca de 6% do PIB e quase 50% do total de receitas do governo.

Veja também Braceagem; Senhoriagem.

KEYNES, John Maynard (1883-1946)

O mais célebre economista da primeira metade do século XX, pioneiro da macroeconomia. Seus estudos sobre o emprego e o ciclo econômico deitaram por terra os conceitos da ortodoxia marginalista, e as políticas por ele sugeridas conduziram a um novo relacionamento, de intervenção, entre o Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país. Keynes estudou e foi professor em Cambridge. Discípulo de Alfred Marshall, o “papa do marginalismo”, foi nomeado redator do Economic Journal em 1911. Dois anos depois, tornou-se secretário e redator da Sociedade Real de Economia e, em 1915, ingressou no serviço público. Seria o representante financeiro do Tesouro britânico na Conferência de Paz, em 1919. As obras de Keynes mostram que suas preocupações estavam sempre ligadas a questões práticas, a políticas de conjuntura. Ele não parecia interessado em reconstruir a teoria econômica a partir da análise do valor, mas em verificar por que motivo as teses marginalistas, nas quais fora educado, conduziam a políticas econômicas inconsistentes.

Em 1930, escreveu o Treatise on Money (Tratado sobre a Moeda), em que, a pretexto de tratar da moeda e do nível de preços, preparou as bases da análise do nível geral da produção. Esse problema seria desenvolvido em seu principal livro, The General Theory of Employment, Interest and Money (A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda), publicado em 1936, que contestou o conjunto de dogmas sobre os quais repousava o marginalismo.

Glossário

Paulo Sandroni

Escrito durante os anos da Grande Depressão, A Teoria Geral abalou irremediavelmente as inovações clássicas do liberalismo econômico, mostrando a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista. Supunha-se até então, nos meios marginalistas, que uma economia de mercado encontrava “naturalmente” seu equilíbrio numa situação em que todos os que desejassem trabalhar por uma remuneração correspondente a sua produtividade poderiam fazê-lo.

Acreditava-se também que nessa economia jamais poderia haver superprodução, pois a cada venda corresponderia uma compra. Repetia-se dessa maneira a Lei dos Mercados de Say, segundo a qual, em um regime de liberdade de comércio, a produção cria seu próprio mercado.

Assim, para os marginalistas, a depressão e o desemprego que atingiram os países capitalistas a partir de 1929 simplesmente não existiram, ou não passaram de desajuste temporário a ser autocorrigido. Keynes criticou esse conjunto de crenças, mostrando que, a cada momento, o nível de emprego numa economia capitalista depende da demanda efetiva, ou seja, da proporção da renda que é gasta em consumo e investimento.

E que, ao contrário da Lei de Say, numa economia monetária é possível receber sem imediatamente gastar o dinheiro, ou seja, é possível vender sem comprar. Qualquer quantia de dinheiro pode ser aplicada lucrativamente, mas em certos casos pode haver vantagem em reter o dinheiro, em entesourá-lo. Quando isso acontece, a demanda efetiva de mercadoria cai e o número de atividades também diminui, reduzindo a renda.

Ao analisar as variações de produção e emprego, Keynes concluiu que o fator

responsável pela alteração do volume de emprego é a procura da mão-de obra (e não sua oferta, como pensavam os neoclássicos). Assim, o desemprego é resultado de uma demanda insuficiente de bens e serviços, e só pode ser resolvido por meio de investimentos — o fator dinâmico na economia, capaz de assegurar o pleno emprego e influenciar a demanda. Na análise keynesiana, as crises econômicas foram atribuídas a variações nas propensões a investir e consumir e ao aumento da preferência pela liquidez (o entesouramento).

A economia pode encontrar seu nível de equilíbrio com uma alta taxa de desemprego, e assim permanecer, a menos que o governo intervenha com uma política adequada de investimentos e incentivos que sustentem a demanda efetiva, mantendo altos níveis de renda e emprego, de modo que, a cada elevação da renda, o consumo e o investimento também cresçam. Para isso, é preciso dotar o Estado de instrumentos de política econômica que permitam: regular a taxa de juros, mantendo-a abaixo da “eficiência marginal do capital” (a expectativa de lucros); incrementar o consumo por meio da expansão dos gastos públicos; expandir os investimentos por meio de empréstimos públicos capazes de absorver os recursos ociosos.

Muitas dessas idéias foram propostas antes da crise de 29, mas só foram reunidas num corpo teórico consistente em *A Teoria Geral*, em 1936. O impacto do livro entre intelectuais foi enorme. Apesar de algumas das principais teses já terem sido antecipadas por Gunnar Myrdal e Michal Kalecki, a obra de Keynes oferecia aos economistas soluções concretas para os problemas de conjuntura.

Glossário

Paulo Sandroni

O impacto político também foi grande, mas retardado: apenas no pós-guerra a receita keynesiana foi apreendida e cuidadosamente aplicada pelos países capitalistas.

O pleno emprego tornou-se um objetivo explícito, e os instrumentos de política econômica do Estado foram postos em ação. Em 1944, Keynes representou a Inglaterra na Conferência Monetária de Bretton Woods, que criou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na ocasião, propôs o abandono do padrão-ouro e a estabilização internacional da moeda. Em 1946, Keynes tornou-se presidente do FMI, mas o apego dos Estados Unidos ao padrão-ouro tornou impraticável a aplicação das medidas por ele preconizadas.

Veja também Escola Neoclássica; Keynesianismo; Macroeconomia; Marginalismo.

LASTRO METÁLICO

Quantidade de metal precioso mantida em reserva, em geral ouro, mas também prata, para garantir a conversibilidade do papel-moeda em circulação. Esses metais preciosos eram geralmente amoedados, isto é, ouro ou prata monetários, que poderiam ser trocados, de acordo com uma taxa de câmbio fixada em lei, pelo papel-moeda em circulação. Este sistema de conversibilidade correspondente ao padrão-ouro ou ao padrão câmbio-ouro já não existe mais. No entanto, durante os períodos em que vigorou no Brasil, a conversão do milréis, por exemplo, garantida pela Caixa de Estabilização em 1926, estabelecia que o mil-réis poderia ser trocado por 0,2 gramas de ouro fino (amoedado).

Veja também, Caixa de Conversão; Caixa de Estabilização; Conversibilidade.

LIQUIDEZ

Disponibilidade em moeda corrente, meios de pagamento, ou posse de títulos, ou valores conversíveis rapidamente em dinheiro. Dependendo do tipo de aplicação financeira, a liquidez pode ser maior ou menor, sendo inversamente proporcional aos prazos em que as aplicações financeiras forem feitas: por exemplo, aplicações de longo prazo têm menor liquidez do que aplicações de curto prazo.

A liquidez absoluta, no entanto, só é possuída pelo papel moeda e a moeda metálica numa economia. Entre títulos ou aplicações com o mesmo prazo de vencimento, terão maior liquidez aqueles títulos que possam ser vendidos mais facilmente no mercado, como acontece, no mercado acionário, com as ações consideradas blue chips. Para uma empresa, a liquidez é representada pelo disponível (dinheiro em caixa mais títulos de mercado) e pelo realizável a curto prazo (mercadorias vendidas a prazos inferiores a seis meses, duplicatas e promissórias).

Veja também Blue Chip; Liquidez Internacional; Preferência pela Liquidez; Quase-Moeda.

MEIO CIRCULANTE, Controle do

Medidas tomadas pelas autoridades financeiras de um país, regulando o volume total do meio circulante. Toda vez que a atividade econômica apresenta sinais de aceleração, com tendência de alta nos preços e incremento da inflação, torna-se necessário retirar parte do dinheiro em circulação. Essa medida pode ser tomada mediante restrições ao crédito, colocação de títulos a longo prazo, aumento dos depósitos compulsórios de bancos (retirada de dinheiro em circulação). Quando, ao contrário, surgem sinais de depressão econômica, restaura-se a liquidez por meio de títulos de curto prazo, diminuição do depósito compulsório de bancos .

Veja também, Política Monetária.

MIL-RÉIS

Originalmente, era a quarta parte da oitava de ouro de 22 quilates, ou o equivalente a 0,8965 g de ouro amoadado. A peça principal do sistema era a moeda de 20 mil-réis, de cinco oitavas de ouro, com um peso equivalente a 17,930 g. O mil-réis era a unidade monetária brasileira até 1942, quando foi substituído pelo cruzeiro.

Veja também Cruzeiro; Oitava; Sistemas de Pesos e Medidas; Legislação Monetária Brasileira; Moedas do Brasil Colônia.

ONÇA TROY

Medida de peso para metais preciosos utilizada nos Estados Unidos, equivalente a 31,104 gramas no sistema troy. A onça troy foi a medida básica do Padrão Ouro e do Padrão Cambio Ouro e até hoje é utilizada para medir as reservas em ouro monetário possuídas pelos Estados Unidos. O nome desse sistema deriva da cidade francesa de Troyes onde este sistema de pesos era utilizado nas feiras anuais durante a Idade Média.

PADRÃO-CÂMBIO-OURO (Gold Exchange Standard)

Sistema que constituiu uma variante do padrão-ouro, no qual um país fixa o valor de sua moeda não diretamente no ouro, mas em outra moeda (como o dólar, por exemplo), cuja cotação está determinada em ouro. As autoridades monetárias fixam a taxa de conversão, e mantêm parte ou a totalidade de suas reservas não em ouro monetário, mas em moedas “fortes”, isto é, moedas que estejam vinculadas ao ouro, trocando a moeda nacional pelas reservas de acordo com a taxa de conversão.

A designação do sistema e sua prática se desenvolveram durante os anos 20 deste século, e foram estimuladas para preservar o padrão-ouro, ou como uma forma de preservação, na medida em que a expansão do comércio internacional e a lenta progressão na produção de ouro tornavam a oferta do metal cada vez menor em relação à demanda.

Os antecedentes desse sistema, no entanto, remontam à época colonial, quando as moedas das colônias eram fixadas formal ou informalmente à moeda das metrópoles. Entre 1958 e 1971, isto é, entre a formação do Mercado Comum Europeu, a desvalorização do dólar e o abandono de uma taxa fixa de conversão entre o dólar e o ouro, prevaleceu no mercado financeiro internacional um padrão-câmbio-ouro, na medida em que muitas moedas fixavam seu valor no dólar, por sua vez vinculado ao ouro numa taxa fixa, não havendo, no entanto, a possibilidade ilimitada de conversão, nem liberdade para transações com todas as outras moedas.

Veja também, Padrão Ouro.

PADRÃO-OURO (Gold Standard)

Sistema monetário no qual o valor de uma moeda nacional é definido como uma quantidade fixa de ouro, em termos internacionais, e em nível interno o meio circulante tem a forma de moedas de ouro ou notas (papel-moeda) conversíveis a qualquer momento em ouro, de acordo com a taxa de conversão fixadas legalmente. Para que um sistema de padrão-ouro funcione plenamente, duas funções básicas devem ser preenchidas:

1) a obrigação das autoridades monetárias de converter moeda nacional (o meio de circulação interno) por qualquer quantidade de ouro de acordo com a taxa de conversão fixada, o que inclui a cunhagem sem restrições de moeda de ouro do metal trazido com esse fim; e,

2) a liberdade dos indivíduos de exportar e importar ouro.

As autoridades monetárias estabeleciam uma pequena diferença entre os preços de compra e venda de ouro, para cobrir os custos de cunhagem. Esse sistema "puro" do padrão-ouro admitiu muitas variantes no seu funcionamento prático. A mais importante delas foi o padrão-câmbio-ouro, de acordo com o qual a moeda de um país era trocada pela de outro (dólar ou libra) que estivesse vinculada ao ouro. A adoção do padrão-ouro traz várias consequências internas e externas. Em primeiro lugar, esse padrão estabiliza a taxa de câmbio dentro de limites de variações estreitos em termos de outras moedas, também associadas ao padrão ouro.

Outra consequência é que, se existir um déficit no balanço de pagamentos haverá uma tendência de saída de ouro, provocando (se não ocorrer nenhuma medida compensatória pelas autoridades monetárias) uma redução da oferta de moeda. De acordo com a Teoria Quantitativa da Moeda, uma redução da oferta da moeda causaria uma queda de preços internos; com a taxa de câmbio fixa, isto estimularia as exportações e inibiria as importações, e o déficit no balanço de pagamentos seria compensado por um superávit no momento seguinte.

O processo de reequilíbrio seria também estimulado pelo fluxo de capitais, que aumentaria no sentido do país deficitário, pois a redução da oferta monetária provocaria uma elevação interna das taxas de juros. Embora tenha surgido no final do século XVII, o padrão-ouro floresceu plenamente no século dezenove, sendo no entanto abandonado depois da crise de 1929, e retomado como Padrão Cambio Ouro entre 1944 e 1971 no chamado sistema de Bretton Woods.

Veja também Padrão Câmbio Ouro.

PIB — Produto Interno Bruto

É o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços.

Exclui as transações intermediárias, é medido a preços de mercado e pode ser calculado sob três aspectos:

i) Pela ótica da produção, o PIB corresponde à soma dos valores agregados líquidos dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais.

ii) Pela ótica da renda, é calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital e, finalmente, subtraem-se os subsídios.

iii) Pela ótica do dispêndio, resulta da soma dos dispêndios em consumo das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações. Sob essa ótica, o PIB é também denominado Despesa Interna Bruta.

A variação do Pib é um indicador do grau de crescimento de uma economia. O Pib brasileiro experimentou um crescimento médio relativamente elevado entre o início do século XX até o final dos anos 70 com uma média equivalente a 6% anuais.

Glossário

Paulo Sandroni

A partir dos anos 80 esta taxa média caiu consideravelmente mal compensando o crescimento demográfico, e entre 1998 e 2003 teve um desempenho inferior a este último não ultrapassando os 1,2 % anuais.

RENTENMARK

Unidade monetária instituída em 15/10/1923 na Alemanha, no auge do período hiperinflacionário daquele país, com a equivalência de 1 rentenmark por 1 trilhão de marcos-papel.

O valor do Rentenmark em notas emitidas pelo Rentenbank a partir daquela data foi estabelecido em 1 marco-ouro (ou do período anterior à Primeira Guerra Mundial), tanto para efeitos internos quanto externos e em termos de dólares norte-americanos — a única moeda padrão-ouro naquele momento. As notas do Rentenmark não eram conversíveis, a não ser em títulos de marcos-ouro a 5%, que representavam um primeiro vínculo imposto a todas as terras agrícolas do país e sobre todas as empresas; além disso, as notas de Rentenmark não eram de curso forçado, embora as instituições governamentais fossem obrigadas a aceitá-las.

A nova moeda foi recebida ansiosamente pela população, que não possuía nenhum meio de pagamento estável para realizar suas operações cotidianas. A estabilidade do Rentenmark permaneceu incerta durante alguns meses, mas foi assegurada em abril de 1924. Com a reorganização do Reichsbank e a aprovação do Plano Dawes em agosto de 1924, uma moeda vinculada ao padrão-ouro foi introduzida — o Reichsmark — e o Rentenmark começou a ser retirado de circulação.

Vários fatores contribuíram para o êxito do Rentenmark, isto é, para a quebra do círculo vicioso da inflação acelerada, pela introdução de uma moeda não lastreada no ouro. A moeda estava aparentemente lastreada em ativos reais (terras agricultáveis, indústrias etc.) e ganhou a confiança da população especialmente no meio rural.

Dessa maneira, a reforma monetária foi aprovada tanto pelos partidos conservadores quanto pelos liberais. Surgia como uma emissão que correspondia ao clamor popular de ter uma moeda vinculada a alguma mercadoria agrícola básica e fora do controle do governo e do Reichsbank.

Mas o fator decisivo foi a absoluta restrição imposta ao Reichsbank de emitir adicionalmente. Uma vez que os títulos do Tesouro não poderiam mais ser descontados pelo Reichsbank, foi imposto um rígido limite aos gastos governamentais, o mesmo acontecendo com o crédito às empresas cuja dependência do Reichsbank de capital de giro era um dos fatores que impulsionavam a inflação.

As forças depressivas que esse tipo de política econômica de combate à inflação gerou foram amenizadas por créditos externos, que começaram a fluir no final de 1924, e pela adoção do Plano Dawes para o pagamento das reparações de guerra.

Veja também Hiperinflação; Teoria do Balanço de Pagamentos.

RESERVAS INTERNACIONAIS

São reservas em moeda forte mantidas por um país para garantir a estabilidade de sua taxa de câmbio e do seu setor externo. Elas podem ser consideradas através de três abordagens diferentes:

- a)** Liquidez Internacional. É constituída pela disponibilidade de caixa mais os créditos;
- b)** Disponibilidade Imediata. É constituída pelas reservas efetivamente existentes em caixa em determinado momento; e,
- c)** Liquidez Ajustada. É constituída pela disponibilidade de caixa mais os créditos, menos os recursos tomados ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

Entre 1994 e 2002 as reservas brasileiras evoluíram da seguinte forma:

Veja também, Dívida Externa; FMI.

SENHORIAGEM

Em termos históricos, a senhoriagem consistia no conjunto de obrigações e deveres que o vassalo medieval devia a seu suserano ou senhor. Uma modalidade especial de senhoriagem era a taxa ou renda paga ao rei pelo nobre feudal para receber a concessão de cunhar moedas em seu domínio. Em termos mais específicos, isto é, quando relacionada com a emissão de moeda, a senhoriagem é a receita obtida por aqueles que têm o poder de emitir, decorrente da diferença entre o valor de face da moeda e seu custo de produção, que inclui o valor do metal correspondente (ouro, prata, bronze etc.) e o trabalho de cunhagem propriamente dito.

Nos períodos históricos em que o valor de face da moeda correspondia ao seu conteúdo material em metal, a senhoriagem abarcava apenas os custos de cunhagem (nesse caso, denominava-se braceagem), que até o século XVII eram relativamente elevados.

À medida que o valor de face da moeda foi se distanciando do valor de seu conteúdo material, a renda da senhoriagem foi crescendo, pois ela era apropriada por quem detinha o poder ou o privilégio de emitir. Reis e príncipes abusaram desse meio para reforçar as finanças públicas, isto é, suas próprias finanças.

Com o aparecimento do papel-moeda em substituição às moedas metálicas, tal diferença aumentou ainda mais. Ou seja, as autoridades emissoras podiam obter como receita de senhoriagem o total do valor de face do papel-moeda emitido menos os custos da emissão (impressão) desse papel-moeda.

A substituição da moeda metálica por papel-moeda permitiu também um enorme

ganho social, na medida em que se operou a substituição de uma moeda (ouro, prata, etc) por outra (papel-moeda), com um custo de produção sensivelmente mais baixo. No sistema monetário internacional, o ouro ainda representa uma parcela considerável das reservas, alcançando atualmente cerca de 30% do total.

No passado, essa proporção foi ainda maior, especialmente quando ainda vigorava o padrão-ouro nas transações internacionais e internas dos países mais desenvolvidos. O lento crescimento da produção de ouro e a existência de enormes ganhos sociais de senhoriagem, se o metal fosse substituído por moedas fortes como o dólar ou a libra naquele momento, ou mais tarde, com os Direitos Especiais de Saque, levaram à substituição do padrão-ouro pelo padrão-câmbio-ouro depois da Primeira Guerra Mundial.

Dessa forma, as reservas mundiais passaram a conter parcelas crescentes de moedas fortes como o dólar, e as taxas de câmbio passaram a ter também no dólar seu referencial básico de fixação. Posteriormente (em 1969), com a criação dos Direitos Especiais de Saque, essa substituição se ampliou, e a Segunda Emenda à Carta do Fundo Monetário Internacional, aprovada em 1978, recomendou o prosseguimento dessa medida.

No entanto, pouco se avançou nesse sentido, uma vez que a instabilidade da libra e, especialmente, do dólar, tornou inconveniente para os demais países a manutenção de suas reservas por um período longo numa moeda cujo valor dependia da confiança cada vez menor depositada nos governos responsáveis por sua emissão. Do ponto de vista interno de cada país, onde a moeda é fiduciária, o recurso à emissão de papel-moeda é uma forma de obter receita para o Tesouro por meio da

senhoriagem, embora provocando impactos inflacionários imediatos. Essa forma de obtenção de recursos constitui um imposto (inflacionário) de fácil e barata cobrança, o que tem levado muitos governos a apelar para a sua utilização, especialmente nos países latino-americanos nas últimas décadas. No entanto, quando ocorre uma estabilização de preços depois de um período de inflação acelerada ou mesmo de hiperinflação, a emissão de papel-moeda e os ganhos da senhoriagem correspondentes podem ser efetuados sem causar elevação de preços, desde que a emissão ocorra na mesma proporção em que diminui a velocidade de circulação da moeda.

Esse processo ocorreu na Alemanha depois da estabilização de preços que interrompeu a hiperinflação no final de 1923 e no Brasil durante o curto período de estabilidade de preços e redução da velocidade de circulação da moeda durante o Plano Cruzado, em 1986 e durante o Plano Real em julho de 1994.

Veja também Braceagem; Cunhagem; Direitos Especiais de Saque; Feudalismo; Moeda Fiduciária; Padrão câmbio-ouro; Padrão-ouro; Token Money.

TAXA VIL

Denominação dada pela opinião pública à taxa cambial de 6 pence = 1000 réis, (um Mil Réis) fixada pela Caixa de Estabilização, criada pelo decreto 5 108 de 18/12/1926 que reconduzia o país ao Padrão Cambio Ouro. Esta taxa era considerada uma desvalorização exagerada da moeda nacional por aqueles que desejavam uma política monetária deflacionista.

Veja também Caixa de Conversão; Caixa de Estabilização; Conversibilidade.

TAYLOR, Frederick Winslow (1856-1915)

Engenheiro norte-americano, Taylor é considerado o pai da Administração Científica. Em seu túmulo em Germantown, nas cercanias de Filadélfia, há o seguinte epitáfio: “O Pai da Administração Científica”.

Este título tem sido aceito não apenas por seus compatriotas, mas em todo o mundo, tanto por simpatizantes como por críticos. Seus livros e artigos foram traduzidos para um grande número de línguas e, desde 1938, a medalha de ouro da Comissão Internacional para a Administração Científica traz sua efígie.

Não resta dúvida, no entanto, de que Taylor beneficiou-se dos trabalhos de alguns pioneiros, tanto nos Estados Unidos como na Europa, no campo da engenharia, da contabilidade, da técnica de organização de escritórios, da medicina (por exemplo, a descoberta do processo fisiológico que provoca o cansaço). Até mesmo vários mecanismos já haviam sido — ou estavam sendo — desenvolvidos para incentivar o trabalho e melhor controlar os processos de produção: veja-se, por exemplo, as contribuições de Towne e de Gantt. Apoiado nessas conquistas iniciais, Taylor desenvolveu seu método, que ele próprio descreveu como uma “revolução mental”.

Na época em que Taylor começou a desenvolver suas idéias, a administração de empresas como uma atividade autônoma tinha chamado muito pouca atenção. Ela era considerada um desdobramento de algum ramo especial da manufatura. Ou melhor, estava relacionada com os conhecimentos técnicos necessários para produzir determinados produtos na indústria.

A idéia de que uma pessoa deveria ser treinada e receber instrução formal para tornar-se um administrador competente não havia ganhado ainda sua legitimidade. Foi, no entanto, mediante uma elaboração gradual de técnicas (que permitiram a análise e a mensuração de processos elementares) que Taylor evoluiu para uma nova concepção de administração.

Suas primeiras ações, ainda como capataz na Midvale Steel Works, em Filadélfia, visavam eliminar a prática de “restrição da produção” adotada defensivamente pelos trabalhadores. Devido a sua própria experiência como torneiro, ele sabia que um nível de produção muito maior poderia ser alcançado sem grandes esforços adicionais. Ele acreditava que o não aproveitamento dessa potencialidade se devia à ignorância de ambas as partes.

A administração pedia e os trabalhadores estavam dispostos a dar “um dia honesto de trabalho” em troca de “um pagamento honesto por dia”. Mas ninguém tinha uma idéia clara do que seria “um dia honesto de trabalho”. Ambas as concepções eram muito vagas, o que dava lugar a constantes desentendimentos e disputas.

A solução proposta por Taylor foi medir com a máxima precisão possível (cientificamente) os tempos necessários para a realização dos movimentos utilizados pelos trabalhadores em cada processo produtivo. O estabelecimento desses padrões determinou alterações numa série de outras esferas. Não apenas o planejamento das tarefas sofreu mudanças, como o fluxo de materiais, e mesmo as ferramentas utilizadas, de forma a permitir que cada trabalhador alcançasse o padrão e fosse inclusive além.

Por meio dessas práticas, Taylor estabeleceu dois princípios que constituiriam a essência da administração — ou da administração científica —, como essa atividade veio a ser chamada em seguida:

- 1)** ambos os lados — a gerência e os trabalhadores — devem abandonar a idéia de que a questão mais importante é a divisão dos ganhos, e em conjunto concentrar sua atenção em como fazer para aumentar a magnitude desses ganhos;
- 2)** ambas as partes devem reconhecer como questão essencial a substituição dos velhos julgamentos e opiniões individuais, tanto dos subordinados como dos chefes, pela pesquisa e conhecimento científico rigoroso.

Em síntese, para Taylor, se os homens deviam cooperar efetivamente, todas as organizações deveriam ter:

- 1)** um objetivo comum, e
- 2)** um método comum para alcançá-lo.

As idéias de Taylor exerceram uma influência muito grande não apenas em seu tempo como até nos dias de hoje. Os fundamentos de suas concepções e os métodos que propôs e colocou em execução foram batizados de “taylorismo”.

Embora nenhuma greve tenha ocorrido nas indústrias onde Taylor trabalhou e desenvolveu seus métodos, ele recebeu forte oposição do movimento sindical, que o acusava de exercer uma exploração desumana do trabalhador, aumentando a intensidade do seu trabalho, automatizando-lhe os movimentos e retirando-lhe qualquer controle sobre seu próprio processo de trabalho. A linguagem truculenta utilizada em seu livro *Princípios de Administração Científica*, especialmente quando relata a forma de recrutamento dos trabalhadores para a realização das experiências na Midvale Steel C. da Pensilvânia, deve ter contribuído para consolidar essa impressão. Mais tarde, suas concepções foram criticadas pelos fundadores da Escola de Relações Humanas, especialmente por George Elton Mayo. Depois de desenvolver durante muitos anos atividades de consultor, entre 1901 e 1915 Taylor dedicou-se exclusivamente a divulgar, como conferencista nos Estados Unidos e na Europa, suas concepções sobre a Administração Científica. Em 1906, foi presidente da American Society of Mechanical Engineering (Asme). Entre 1898 e 1901 desenvolveu e patenteou um processo novo de corte de alta velocidade para o aço, pelo qual recebeu, em 1902, a medalha Elliot Cresson do Franklin Institute of Pennsylvania. Seus seguidores mais diretos foram Gantt e Gilbreth. Seus livros e artigos mais importantes são os seguintes: "O Sistema de Salário por Peça" (1895), publicado na *Engineering Magazine*, da Asme; *A Administração da Fábrica* (1903), publicado inicialmente pela Asme, e em 1910 editado pela Harper 7 Bros., Nova York; *Princípios e Métodos da Administração Científica* (1911), Harper & Bros., Nova York.

Veja também, Salário por Peça; Trabalho, Divisão do.

BRYAN, William Jennings (1860 - 1925)

Nasceu em Salem, em Illinois nos Estados Unidos. Estudou e graduou-se em direito em Chicago. Foi eleito deputado pelo estado de Nebraska em 1890. Incorporou-se ao Partido Democrata e tornou-se um dos maiores oradores do país.

Como representante no Congresso defendeu campanhas relacionadas com o imposto de renda progressivo, a regulamentação do trabalho infantil e o voto deminino. Mas o que o tornou famoso foi a disputa presidencial com William McKinley durante a campanha presidencial de 1896. Nessa disputa Bryan defendia a substituição do padrão-ouro pelo padrão-ouro e prata, isto é o monometalismo pelo bimetalismo. Bryan argumentava que essa era a melhor maneira de tirar o país da crise economica na qual se encontrava, e impedir que os republicanos continuassem a oprimir o povo "com uma coroa de espinhos de ouro". Defendia uma relação de valor entre a prata de o ouro de 16 / 1.

Esta proposta que, levada à prática, desvalorizaria o ouro convenceu muitos investidores a enviar seus recursos ao exterior especialmente à Inglaterra, agravando ainda mais a crise. Bryan perde as eleições de 1896, e volta a se candidatar contra o mesmo McKinley em 1900 perdendo outra vez. Em 1908, é derrotado por William Taft, e em 1912 como candidato do Partido Progressista divide os votos dos republicanos permitindo a vitória do democrata Woodrow Wilson. Este nomeia Bryan Secretario de Estado, onde permanece até 1916.